

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

I	A teoria da imprevisão em uma perspectiva retórica.....	15
II	A teoria da imprevisão na prática forense.....	21
III	A interpretação como instrumento de decisão.....	22
IV	O judiciário brasileiro: retrato em uma pesquisa.....	23
V	A vontade na dimensão social do Direito.....	26
VI	Teorias revisionistas: idênticos efeitos práticos.....	28
VII	Teoria da imprevisão: a fórmula retórica consagrada em matéria de revisão e resolução dos contratos.....	29
VIII	Evolução e atualidade da teoria da imprevisão na jurisprudência brasileira.....	30

CAPÍTULO PRIMEIRO - A LEI EM TESE E O DIREITO APLICADO

1.1	- Observações preliminares.....	35
1.2	- A interpretação como instrumento de decisão... ..	38
1.3	- A decisão pela argumentação.....	46
1.4	- Retórica: o entimema e a decisão.....	48
1.5	- Entimema, topos e teoria da imprevisão.....	52



CAPÍTULO SEGUNDO – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL À BRASILEIRA

2.1 - Notas sobre uma pesquisa.....	59
2.2 - Jurisdição de primeiro grau: o Direito nas mãos do juiz.....	66
2.3 - Jurisdição do STF: a outra face do Direito.....	68
2.4 - Modelo Operacional.....	75
2.5 - Hermenêutica à brasileira.....	79
2.6 - Os princípios jurídicos como modelos retóricos: a realidade brasileira.....	86
2.7 - Anotações dogmáticas sobre os princípios gerais de direito na legislação brasileira.....	94

CAPÍTULO TERCEIRO - A VONTADE COMO FENÔMENO JURÍDICO

3.1 - Em torno do significado da vontade.....	101
3.2 - A vontade no espaço jurídico.....	106

CAPÍTULO QUARTO – TEORIAS REVISIONISTAS DOS CONTRATOS: EM TORNO DA CLÁUSULA REBUS SIC STANTIBUS

4.1 - Considerações iniciais.....	115
4.2 - As teorias revisionistas e seus paradigmas retóricos.....	116

CAPÍTULO QUINTO – TEORIA DA IMPREVISÃO: UMA PROPOSTA RETÓRICA PARA REVISÃO E RESOLUÇÃO DE CONTRATOS

5.1 - Cláusula rebus sic stantibus:	
referências históricas.....	129
5.2 - Teoria da imprevisão: noções em torno	
do seu significado e importância.....	134
5.3 - Base hipotética para revisão ou resolução.....	138
5.4 - O Código Civil de 1916 e a teoria	
da imprevisão.....	140
5.5 - O novo Código Civil e a teoria da	
imprevisão.....	142

CAPÍTULO SEXTO – A JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA E A TEORIA DA IMPREVISÃO

6.1 - Fase inicial.....	147
6.2 - Evolução e atualidade.....	155
6.3 - Planos econômicos.....	160
6.4 - Contratos com base no Código de	
Defesa do Consumidor.....	169
6.5 - Locação.....	174
6.6 - Contratos com a Administração Pública.....	181
6.7 - Casa própria – SFH.....	190
6.8 - Pensão Alimentícia.....	192



6.9 - O caso da crise de energia elétrica.....	195
6.10 - O caso Minas.....	198
CONCLUSÕES.....	203
REFERÊNCIAS	
1 - Livros.....	209
2 - Artigos.....	215
3 - Sites jurídicos: processos judiciais.....	221

